



Cristina Gallo/Senado Federal

João Vicente Claudino (E), Inácio Arruda, Mão Santa, Michel Temer, José Sarney, Marco Maia, Sérgio Carneiro, Vanessa Grazziotin e Sandes Júnior formaram a Mesa do Congresso para promulgar as iniciativas

Constituição simplifica divórcio e acolhe jovens

Congresso Nacional promulga mudanças para dar celeridade ao processo de divórcio – eliminando a exigência de período mínimo de separação prévia – e para garantir a criação de políticas públicas destinadas aos jovens

Duas alterações na Constituição federal foram promulgadas ontem pelo Congresso Nacional, em sessão

conduzida pelos presidentes do Senado, José Sarney, e da Câmara dos Deputados, Michel Temer: a Emenda 65 abre espaço para

a criação de políticas públicas voltadas à juventude e a Emenda 66 acaba com a exigência de separação judicial prévia para

obtenção do divórcio. As duas serão agora encaminhadas à publicação e entrarão em vigor imediatamente. **3**

Ministro pede a Sarney votação da PEC da Saúde **2**

Comissão ouve secretário da Receita Federal hoje **4**

Dois suplentes são empossados senadores **2**



J. Freitas/Senado Federal

Valter Pereira dirige reunião da CRA: proposta aprovada busca restituir interesse no turfe

Redução de imposto visa estimular apostas em corridas de cavalo

A Comissão de Agricultura aprovou ontem projeto de Francisco Dornelles que reduz a contribuição sobre apostas em corridas de cavalo devida pelas

entidades de turfe à Comissão Coordenadora da Criação do Cavalo Nacional. Decisão é terminativa, e proposta deve seguir à Câmara. **5**

Comissão de Assuntos Econômicos votou 127 iniciativas no semestre

Presidente da CAE, Garibaldi Alves destacou aprovação de projetos importantes, como o que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, o que

facilita a contratação de planos de saúde para empregados domésticos e os que beneficiam vítimas de desastres naturais, como alagamentos. **4**



Marcia Kalume/Senado Federal

Eliseu Resende dá parecer favorável a empréstimo para MG: Garibaldi (E) destacou aprovações

Temporão observa que a falta de regulamentação estimula muitos estados a não cumprirem o mandamento constitucional de destinar 12% do orçamento para o setor



Jane Vajio/Senado Federal

Temporão diz a José Sarney que gastos com a saúde pública são inferiores aos de Argentina e Chile, por exemplo

Ministro Temporão pede aprovação da PEC da Saúde

O MINISTRO DA Saúde, José Gomes Temporão, pediu ontem em reunião com o presidente do Senado, José Sarney, que o Congresso aprove a regulamentação da Emenda Constitucional 29/00.

A emenda, entre outras medidas, determina percentuais mínimos que os três níveis de governo devem aplicar na saúde. O ministro disse que realmente falta dinheiro no setor, mas que há também problemas de gestão e de má administração. Mesmo assim, Temporão observou que o gasto público

com a área de saúde no Brasil é inferior até mesmo ao de países vizinhos, como Argentina e Chile.

Muitos estados não cumprem a determinação de destinar 12% de seus orçamentos para a saúde, alegando que não há nenhum dispositivo legal que os obrigue a isso, afirmou Temporão. Daí a importância da regulamentação da emenda, disse o ministro, reconhecendo que, em ano eleitoral, isso se tornou praticamente impossível.

No Congresso Nacional, tramitam alguns projetos sobre o as-

sunto. Um deles é o PLS 121/07, do senador Tião Viana (PT-AC), já aprovado pelo Senado e agora tramitando na Câmara. Outro é o PLS 156/07, do senador Marconi Perillo (PSDB-GO), que aguarda parecer da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

José Sarney pediu ao ministro a construção de um hospital no Maranhão e a ampliação de um já existente no Amapá, para o qual há emenda ao orçamento com recursos já liberados.

A audiência teve a participação do governador do Amapá, Pedro Paulo Dias de Carvalho.



Cecília Vegetti/Senado Federal

Alvaro Dias (E), Ideli, ACM Júnior e Meurer: novo senador diz que será "fiel escudeiro das ações do presidente Lula"

Belini Meurer, suplente de Ideli, assume mandato

O professor Belini Meurer (PT-SC) tomou posse ontem como senador, em substituição a Ideli Salvatti (PT-SC), que se licenciou do cargo para concorrer ao governo de Santa Catarina. Meurer elogiou Ideli, a quem chamou de "uma das mais atuantes senadoras" e desejou sucesso na eleição. Ele lembrou que ambos têm em comum a profissão de professor. Meurer é filiado ao PT há dez anos e formado em Artes e Filosofia, com mestrado em História Social e doutorado em Sociologia.

— Quero dedicar esses 121 dias em que assumirei essa tão nobre função ao meu querido pai, Antônio Meurer, que faleceu no dia 10 de janeiro de 2010. Foi

ele quem me deu a formação moral para subir a esta tribuna e humildemente representar o povo catarinense.

Meurer elogiou o prefeito da cidade de Joinville (SC), Carlito Merss, de quem afirmou ter sofrido influência política. O senador mencionou ter sido vice na chapa de Merss à prefeitura daquela cidade em 2000 e informou ter atuado como vereador no município até a semana passada, tendo como principais bandeiras a distribuição de renda e o desenvolvimento.

— É com a mesma vontade e crença que defenderei aqui no Senado os interesses de Santa Catarina e serei um fiel escudeiro das ações do presidente

Lula — afirmou.

O senador encerrou o discurso despedindo-se de seus alunos da Universidade da Região de Joinville (Univille), onde até recentemente lecionou Filosofia e Ciências Sociais.

Desigualdade

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) deu as boas-vindas ao senador e elogiou o estado de Santa Catarina, que, de 1995 a 2008, segundo dados de pesquisa divulgada ontem pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) sobre a redução da pobreza no país, obteve melhor resultado que o estado de São Paulo no índice Gini, que mede a desigualdade de renda.

Correção

Ao contrário do que o **Jornal do Senado** informou em sua edição de ontem, o nome de um dos integrantes da comissão de juristas responsável pela elaboração de anteprojeto de novo Código Eleitoral é José Rollemberg Leite Neto, e não José Rollemberg Leite Filho. Instituída pelo presidente do Senado, José Sarney, e instalada no dia 7 deste mês, a comissão é presidida pelo ministro do Supremo Tribunal Federal José Antonio Dias Toffoli e tem 180 dias para apresentar o anteprojeto.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Sessão não tem pauta de votações

14h Plenário reúne-se em sessão não deliberativa, sem a votação de projetos.

Presidência Comemoração dos 20 anos do ECA

9h José Sarney participa da comemoração dos 20 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente. Às 13h, comparece a almoço oferecido aos presidentes do Conselho Europeu e da Comissão Europeia, no Palácio Itamaraty.

CCT Mudança no Código Eleitoral

8h30 A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática analisa projeto que altera o Código Eleitoral estabelecendo normas que incluem a propaganda paga na internet. Ainda na pauta, projeto que estabelece mecanismo de participação popular na elaboração de leis pelo Congresso Nacional.

CAS Diagnóstico precoce de câncer em crianças

9h A Comissão de Assuntos Sociais realiza audiência pública sobre diagnóstico precoce de câncer infanto-juvenil como política de Estado. Participam o superintendente do Instituto Ronald McDonald, Francisco Neves; o vice-presidente da Sociedade Brasileira de Oncologia Pediátrica, Cláudio de Castro Junior; o diretor-geral do Instituto Nacional de Câncer, Luiz Antonio Santini; e o diretor-presidente da Casa Durval Paiva, Rilder Flávio Paiva Campos.

CCJ Vazamento de dados fiscais

9h Audiência pública para ouvir o secretário da Receita Federal do Brasil, Otacílio Dantas Cartaxo, sobre vazamento de dados fiscais do vice-presidente do PSDB, Eduardo Jorge Caldas Pereira. Na pauta, a CCJ examina projeto que permite aos estados produtores de energia elétrica e de petróleo e derivados a cobrança do ICMS na venda desses produtos a outros estados.

CPI Relatório final dos trabalhos

14h Reunião na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra para apresentação do relatório final.

SESSÃO ONLINE: a íntegra dos pronunciamentos publicados no **Jornal do Senado** pode ser lida no endereço www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp

Toma posse Niura Demarchi, suplente de Raimundo Colombo

Em substituição ao senador Raimundo Colombo (DEM-SC), tomou posse ontem a segunda suplente Niura Demarchi dos Santos, do PSDB catarinense. Seu nome parlamentar será Niura Demarchi.

Raimundo Colombo está licenciado do mandato para concorrer ao cargo de governador de Santa Catarina.

Secretária de Desenvolvimento Regional de 2003 a 2008 na gestão do governador Luiz Henrique da Silveira e, posteriormente, de Leonel Pavan, Niura Demarchi atuou de 2009 a 2010 como assessora parlamentar do deputado estadual Nilson Gonçalves (PSDB-SC).

De 1997 a 2000, foi vereadora em Jaraguá do Sul, sua cidade natal.

Niura Demarchi é graduada

em Direito e atualmente faz pós-graduação em Direito Público na Universidade Anhangueira/Uniderp, em Jaraguá do Sul.



Cristina Gallo/Senado Federal

Niura Demarchi foi secretária estadual de Desenvolvimento Regional

Mudanças na Constituição vão permitir eliminação do tempo de espera entre a separação e a obtenção do divórcio, e atribuir maior responsabilidade do Estado na proteção aos jovens. Emendas entram em vigor imediatamente



Sarney (C) preside sessão do Congresso de promulgação de emendas: simplificação nas regras do divórcio não altera "princípio maior da proteção à família"

Cristina Gallo/Senado Federal

Transformação de secretarias fica para agosto

O Senado deve votar em agosto a Medida Provisória (MP) 483/10, aprovada pela Câmara dos Deputados como o Projeto de Lei de Conversão (PLV) 8/10. A matéria concede *status* de ministério a quatro secretarias vinculadas à Presidência da República, e cria cargos de natureza especial e em comissão conhecidos como DAS (Direção e Assessoramento Superiores). A MP está trancando a pauta e tem prioridade sobre as demais matérias. O prazo final para sua votação é 4 de agosto.

Pela MP, passam a ser ministros de Estado o secretário especial dos Direitos Humanos, o secretário especial de Política para as Mulheres, o secretário especial de Portos e o secretário de Promoção da Igualdade Racial. Esse último já tinha, na prática, *status* de ministro.

A medida provisória transforma, sem aumento de despesas, três cargos DAS e 481 funções comissionadas técnicas (FCTs) em quatro cargos de natureza especial e 69 DAS. Eles serão distribuídos às secretarias que agora têm *status* de ministérios e às pastas da Saúde e do Desenvolvimento Agrário.

O ministério da Saúde receberá, ainda, 118 novos cargos, para a Secretaria de Saúde Indígena. Outros 16 novos cargos DAS serão alocados no Ministério da Integração Nacional para a Secretaria de Infraestrutura Hídrica, responsável pelo projeto de revitalização do rio São Francisco.

MP transfere aos estados e ao DF R\$ 1,6 bilhão

O Plenário deve votar em agosto a MP 484/10, que regulamenta a transferência de recursos da União aos estados e ao Distrito Federal, a título de apoio financeiro, no montante de R\$ 800 milhões. Outros R\$ 800 milhões foram transferidos aos estados do Norte e do Nordeste, no âmbito do Programa Especial de Fortalecimento do Ensino Médio.

Segundo a MP, os recursos da União devem ser repassados este ano por meio do Fundo de Participação dos Estados (FPE) para sanar dificuldades emergenciais dos entes federados, já que ocorreu queda de arrecadação devido à crise financeira internacional. A liberação dos recursos está prevista em outra MP, de nº 485/10.

O Programa Especial de Fortalecimento do Ensino Médio foi criado pela própria Medida Provisória 484/10, que destinou a ele recursos de R\$ 800 milhões em 2010, em caráter excepcional.

Emendas constitucionais do Divórcio e da Juventude são promulgadas

O CONGRESSO PROMULGOU ontem duas novas emendas constitucionais: a Emenda 65, que abre espaço para a criação de políticas públicas destinadas aos jovens, e a Emenda 66, que elimina a exigência de separação judicial prévia para obtenção do divórcio. As duas serão agora encaminhadas à publicação e com isso entrarão em vigor de imediato.

A sessão foi conduzida pelo presidente do Congresso, senador José Sarney. A seu lado estava o presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer, e outros integrantes das duas Casas. Entre eles, os deputados Sérgio Barradas Carneiro (PT-BA), um dos autores da PEC

do Divórcio – que teve como primeiro signatário o deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ) – e Sandes Júnior (PP-GO), proponente da PEC da Juventude.

A Emenda 66 vai simplificar os procedimentos que atualmente retardam o divórcio. Hoje, um casal precisa requerer a separação judicial e esperar um ano para obter o divórcio ou comprovar separação de fato por pelo menos dois anos. Ao abolir o tempo de espera pela confirmação da dissolução do casamento, os recém-separados ficam imediatamente desimpedidos para novos casamentos.

– O Parlamento debateu o tema com os mais diversos segmentos da sociedade, sem que

se alterasse o princípio maior da proteção à família. O procedimento para dissolução do casamento foi simplificado, diminuindo assim a interferência do Estado na vida das pessoas – disse Sarney.

O divórcio foi instituído no Brasil em 1977, após longa campanha liderada pelo então senador Nelson Carneiro. O texto adotado incluía o tempo de espera de dois anos. A atual PEC foi apresentada à Câmara por demanda do Instituto Brasileiro de Direito da Família.

Juventude

A Emenda 65 inclui a menção ao jovem no texto constitucional que trata dos interesses da

família, da criança, do adolescente e do idoso (título VIII, capítulo VII). Assim, passa a ser dever do Estado assegurar também a esse grupo populacional, com prioridade, políticas relativas a direitos, como os da educação, lazer, profissionalização e proteção contra a exploração, negligência e violência.

– A nova norma constitucional determina que se crie o Estatuto da Juventude e o Plano Nacional da Juventude. Ressalto os avanços alcançados pela sociedade brasileira que, passo a passo, consolida o respeito pelos direitos humanos e a inclusão social daqueles que demandam uma proteção especial do Estado – disse Sarney.

Para Demostenes, processos de separação judicial ficam extintos

O senador Demostenes Torres (DEM-GO), relator da chamada PEC do Divórcio na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), entende que a promulgação da emenda vai extinguir todos os processos de separação judicial, inclusive nos casos em que os casais já obtiveram essa decisão e estejam cumprindo o prazo de dois anos para o pedido do divórcio. Agora, afirma o senador, essas pessoas também poderão requerer de forma direta e imediata o próprio divórcio.

– Todos serão beneficiados com a emenda imediatamente, porque toda lei tem retroatividade ou ulterioridade, ou seja, vai para trás ou à frente, como regra geral



“Não tem cabimento manter juntos os que querem se separar”, diz o senador

– disse o senador.

Demostenes ressaltou apenas, como hipótese impeditiva da retroatividade, as situações em que a lei adotada “ferir a coisa julgada, o ato jurídico perfeito ou prejudicar direito adquirido”.

No caso da lei penal, também não poderia haver retroação para prejudicar o que já tenha sido julgado.

No entanto, como observou, não se trata de nenhum desses casos. Pelo contrário, quem deseja se separar está

ganhando um benefício, seja de tempo como até mesmo de economia de medidas administrativas ou judiciais, inclusive pagamento de advogados e de despesas cartoriais.

– Já simplificamos os processos para o casamento e agora fazemos o mesmo com a separação. Quem se casou e daqui a um mês não quer mais ficar casado, entra com o divórcio. Depois, se quiser casar de novo, inclusive com a mesma pessoa, tudo bem. O que não tem nenhum cabimento é manter juntos os que querem estar separados – afirmou.

A PEC do Divórcio (28/09) foi aprovada pelo Plenário do Senado na semana passada.

Márcia Kalume/Senado Federal



Cálio Azevedo/Senado Federal

Dados fiscais de Eduardo Jorge teriam sido acessados para suposto dossiê

Secretário da Receita Federal depõe hoje na CCJ

O secretário da Receita Federal, Otacílio Cartaxo, confirmou sua presença, hoje, em audiência pública na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), para prestar esclarecimentos relativos ao acesso às informações fiscais do vice-presidente do PSDB e ex-secretário-geral da Presidência da República, Eduardo Jorge Caldas Pereira.

Cartaxo poderá falar também sobre vazamento de informações de processos que a Receita move contra a Natura, empresa de cosméticos controlada por Guilherme Leal, candidato a vice-presidente da República na chapa da senadora Marina Silva (PV-AC).

Embora o secretário, em ofício ao presidente da CCJ, Demostenes Torres (DEM-GO), cite apenas o caso de Eduardo Jorge, Alvaro Dias (PSDB-PR), que requereu a audiência, espera também esclarecimentos sobre a quebra de sigilo fiscal da Natura.

Alvaro Dias baseia-se em reportagens do jornal *Folha de S. Paulo* e da revista *Veja* segundo as quais saíram diretamente da Receita as declarações de bens e renda de Eduardo Jorge e que elas fariam parte de um dossiê levantado por um suposto "grupo de inteligência" da pré-campanha de Dilma Rousseff à Presidência da República.

Conforme Alvaro Dias, a imprensa noticiou que Guilherme Leal também teria sido vítima de vazamento de informações de processos que a Receita move contra a Natura. Os fatos, afirma o senador, configuram não somente crime tributário – pois as informações são protegidas por sigilo fiscal – como também desrespeito à Constituição e infração ao Código Penal.

No dia 8 de julho, a Receita divulgou nota informando que foram identificados os acessos às declarações de Eduardo Jorge nos exercícios de 2008 e 2009 e que eles teriam sido feitos por pessoas autorizadas, mediante senha pessoal e certificado digital. A Receita esclareceu também que prossegue com investigações, por meio de processo administrativo disciplinar, para apurar se os acessos foram motivados por razão de serviço. Caso contrário, o responsável estará sujeito a penalidades como advertência ou suspensão por até 90 dias.

Segundo a Receita, se a investigação indicar vazamento de dados sigilosos, o autor poderá ser demitido, com a remessa de inquérito ao Ministério Público Federal para adoção das medidas necessárias na esfera criminal.

CAE votou no primeiro semestre 127 propostas

Presidente da comissão, Garibaldi Alves apresenta balanço de atividades destacando principais projetos aprovados; reuniões serão reiniciadas em agosto

A COMISSÃO DE Assuntos Econômicos (CAE) votou 127 proposições no primeiro semestre, conforme balanço divulgado ontem pelo presidente do colegiado, Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN). Desse total, a CAE aprovou 107 propostas, arquivou duas, rejeitou 17 e considerou uma prejudicada.

Entre as matérias mais importantes, Garibaldi citou o Projeto de Lei do Senado (PLS) 194/09, que autoriza a dedução, da base de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Física, dos pagamentos efetuados a planos de saúde contratados em benefício de empregados domésticos. A proposta é do senador César Borges (PR-BA).

Enchentes

Outro projeto destacado pelo presidente da CAE é o PLS 16/09, de Raimundo Colombo (DEM-SC), que autoriza o Executivo a revitalizar áreas atingidas pelas enchentes no Brasil entre 2008 e 2010.

Ainda em apoio às vítimas de desastres naturais, a CAE aprovou o PLS 154/09, do senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), que prioriza, nas políticas habitacionais da União, o cidadão que perdeu sua residência em

razão das chuvas.

O PLS 158/07, também de autoria de Crivella, inclui o deslizamento de encostas e a queda de barreiras entre os eventos considerados desastres naturais para efeito de movimentação da conta vinculada do FGTS.

Outra proposição importante aprovada pela CAE, em conjunto com mais três comissões do Senado, é o substitutivo da Câmara dos Deputados ao PLS 354/89, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. A matéria foi enviada à sanção do presidente da República.

Garibaldi citou ainda o PLS 606/07, de Valter Pereira (PMDB-MS), que autoriza a aplicação de recursos do Fundo Nacional do Meio Ambiente em projetos de recuperação de áreas degradadas.

O senador ressaltou o PLS 489/09, de Raimundo Colombo, que facilita a concessão do benefício de um salário mínimo à pessoa com deficiência e ao idoso sem renda. O presidente da CAE destacou o alcance social de duas outras proposições: o PLS 433/09, de Gerson Camata (PMDB-ES), que institui programa de bolsas para estudantes de cursos

profissionais de nível médio, e o PLS 514/07, de Paulo Paim (PT-RS), que prevê a concessão, pelo empregador, de bolsa de estudo aos dependentes de seus empregados para sua formação técnico-profissional.

Sigilo bancário

Garibaldi considerou importante também o substitutivo de Gerson Camata aos PLSs 418/03 e 49/05, do senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) e do então senador Antero Paes de Barros, que regulamentam o sigilo bancário, facilitando o combate a crimes como lavagem de dinheiro e corrupção, entre outros.

O presidente da CAE citou a aprovação do PLC 19/10, que prevê indenização à UNE pela destruição de sua sede, em 1964, e do PLC 312/09, que autoriza o Executivo a doar até R\$ 25 milhões para a reconstrução de Gaza. Outro projeto destacado é o PLC 9/10, que altera a Lei Pelé (Lei 9.615/98).

A CAE analisou também, neste primeiro semestre, em 33 reuniões, 25 operações de crédito, em benefício da União, de estados e de municípios, e sabatinou indicados para as diretorias do Banco Central e do Cade. A comissão encerrou ontem seus trabalhos no primeiro semestre e volta a se reunir em agosto.

Em 33 reuniões, comissão analisou 25 operações de crédito e indicações de autoridades



Geraldo Magela/Senado Federal

Para senador, proposta do governo federal é inoportuna e contraditória

Alvaro Dias critica criação de estatal do ramo de seguros

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) repudiou ontem a ideia do governo de criar uma nova estatal federal. Ele registrou, em Plenário, reportagem publicada pelo jornal *O Globo* sobre a criação, por meio de uma medida provisória, de estatal do ramo de seguros – a Empresa Brasileira de Seguros S.A. (EBS).

– Estamos presenciando, nesses lances finais do governo Lula, medidas administrativas que podem resultar em retrocesso – disse, apontando para a necessidade de manter a responsabilidade fiscal, a sustentabilidade financeira e a competitividade da economia.

Na avaliação do parlamentar, a proposta do governo é inoportuna e contraditória, devido ao bom momento vivido pelas empresas privadas do segmento que atuam no Brasil, e pelo fato de o Executivo ter quebrado o monopólio do setor de resseguros há poucos anos.

– Portanto, se o mercado [de seguros] está com bom funcionamento, é melhor apelar para aquilo que o presidente Lula gosta tanto de dizer: “em time que está ganhando não se mexe”. O que o Brasil precisa é de um órgão regulador que defina as regras e fiscalize o setor. Isso basta – argumentou.

Alvaro Dias criticou a justificativa dada pelo governo para a criação da nova estatal, segundo a qual o setor de seguros no Brasil não tem o dimensionamento adequado para dar cobertura às obras de grande porte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Para ele, os argumentos do governo não passam de “balela”, dado o baixo nível de execução que o PAC está tendo.

O senador voltou a criticar a criação, pelo governo, da Pré-Sal Petróleo S.A., a estatal que terá a função de gerenciar a exploração do petróleo da camada pré-sal. Para Alvaro Dias, além de esvaziar as funções da Agência Nacional do Petróleo (ANP) e da própria Petrobras, a nova estatal servirá como “cabide de empregos” para acomodar pessoas ligadas aos partidos que apoiam o governo.

Eleições

O senador protestou ainda contra a decisão de não reprimir à noite as sessões Plenárias do Senado durante o período eleitoral.

– O presidente [do Senado, José Sarney] me disse que é uma determinação do Tribunal Superior Eleitoral. Creio que é uma invasão de competência.



Márcio Kalume/Senado Federal

Entre Eduardo Suplicy (E) e Eliseu Resende, Garibaldi Alves preside reunião da Comissão de Assuntos Econômicos

Empréstimo de US\$ 50 mi para estrada em Minas

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem operação de crédito externo no valor de US\$ 50 milhões, firmada entre o estado de Minas Gerais e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para financiamento parcial do Programa de Acesso ao Município (Processo II). A matéria deve ser votada pelo Plenário do Senado em regime de urgência, conforme reque-

rimento dos senadores Eliseu Resende (DEM-MG) e Alvaro Dias (PSDB-PR), aprovado pela comissão.

Eliseu Resende disse que o empréstimo contribui para o desenvolvimento socioeconômico de municípios mineiros de pequeno porte e melhora as condições de transporte de carga e passageiros de uma parte das cidades que têm conexão precária com a rede

viária federal e estadual.

Entre os objetivos específicos citados por Resende e por Alvaro (relator *ad hoc* da proposta), está a redução do custo do transporte de carga, beneficiando a agricultura dos pequenos municípios do interior de Minas. Também Eduardo Suplicy (PT-SP) e Roberto Cavalcanti (PRB-PB) destacaram a importância econômica e social da proposição.

Comissão agenda debate sobre proteção da renda agrícola

A renda do produtor rural deverá ser objeto de audiência pública, no segundo semestre, na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). O presidente da CRA, senador Valter Pereira (PMDB-MS), defendeu ontem a necessidade do debate, uma vez que o setor tem sofrido constante redução da renda bruta, obrigando os produtores a renegociar dívidas.

O senador criticou a falta de instrumentos de proteção da renda do agronegócio, segundo ele um setor levado a cabo com muitos riscos. A agropecuária tem importante participação na composição do produto interno bruto (PIB) e relevância na manutenção da estabilidade econômica, argumentou o parlamentar. O setor também contribui de forma decisiva para a segurança alimentar no país, disse ele.

– É inaceitável que o setor rural não tenha nenhum mecanismo de proteção da renda da atividade agrícola. Sabemos que a agricultura é a atividade produtiva de maior risco e que apresenta excelentes resultados, dos quais o governo se beneficia e, com frequência, se vangloria. Porém, os prejuízos climáticos, cambiais e de crédito acabam no colo do produtor – afirmou.

Estudo realizado em conjunto pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pelo Ministério da Agricultura, com dados da Fundação Getúlio Vargas (FGV), mostrou que o valor bruto da produção (VBP) das 20 principais lavouras brasileiras deve ficar, em 2010, abaixo de R\$ 160 bilhões. No ano passado, destacou o senador, o VBP foi de R\$ 161,34 bilhões. Os valores deste ano são os piores desde 2007, comentou.

De acordo com Valter Pereira, tem se verificado uma forte queda na renda dos produtores de grãos, especialmente os do Centro-Oeste. Como exemplo, apontou que os produtores de milho já perderam no primeiro semestre deste ano cerca de R\$ 1,9 bilhão, equivalente a uma retração de 11% no VBP. Também os arrozeiros tiveram sua renda reduzida em 18,5% – um prejuízo de R\$ 1,7 bilhão.

Até junho deste ano, a soja teve VBP reduzido em 2%, o que corresponde a uma perda de quase R\$ 900 milhões. No entanto, levantamento do governo comparando os valores deste ano com os do ano passado, observou Valter Pereira, mostra que os preços reais da soja – o principal produto do setor – diminuíram 18%. Nesta comparação, os dados oficiais ainda apontam redução de 15% nas cotações do milho, 9% nas do arroz e de 17,5% nas do feijão.



Valter Pereira alega que produtor acumula prejuízos climáticos, cambiais e de crédito

Proposta aprovada em votação conclusiva pela CRA determina que devem ser deduzidos de tributo os valores pagos a apostadores, bem como os pagos, a título de prêmio, a criadores de cavalos e profissionais do setor

Atividade de turfe deve pagar menos imposto sobre apostas

A COMISSÃO DE Agricultura e Reforma Agrária (CRA) aprovou ontem projeto do senador Francisco Dornelles (PP-RJ) que reduz a contribuição sobre apostas devida pelas entidades de turfe à Comissão Coordenadora da Criação do Cavalo Nacional.

Conforme a proposta, no cálculo da contribuição devem ser deduzidos os valores pagos aos apostadores, bem como os pagos a título de prêmio aos proprietários, criadores de cavalos e profissionais do turfe. A matéria, aprovada em decisão terminativa pela CRA, seguirá diretamente para o exame da Câmara dos Deputados, se não for apresentado recurso para votação pelo Plenário do Senado.

Francisco Dornelles propôs a redução da base de cálculo do tributo a fim de adequá-lo à nova realidade, em que a maior oferta de diversões ao público fez decrescer o número de interessados em corridas de cavalos. “Nesse novo panorama, não se justifica que a contribuição incida sobre o valor bruto das apostas, ou seja, sobre o valor dos prêmios pagos aos criadores e aos profissionais, assim como aos apostadores. Daí por que se propõe a sua dedução da base de cálculo”, acrescenta o senador na justificativa do projeto (PLS 119/10).

Na avaliação do relator da matéria na Comissão de Agricultura, senador



Paizetô/Contraste/Commas

Projeto foi motivado pelo fato de a oferta de novas diversões ter reduzido o interesse por corridas de cavalos

Flexa Ribeiro (PSDB-PA), a iniciativa do senador fluminense elimina entraves impostos pela burocracia que estão impedindo maior arrecadação de recursos nesse setor.

Com base nos demonstrativos de execução orçamentária da União de 2009, o relator constatou que o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento não utilizou qualquer percentual dos recursos recolhidos dessa atividade – cerca de R\$ 460 mil.

Isso porque, segundo Flexa Ribeiro, o Plano Plurianual 2008-2011 restringiu a aplicação dos recursos somente a associações de criadores de equinos e a entidades turfísticas.

Porém, observou o relator, essas associações não apresentaram nenhum projeto para utilizar esse dinheiro, enquanto as entidades turfísticas estão temporariamente impedidas de receber recursos da União por não disporem de certidão negativa de débitos.



JFreitas/SenadoFederal

Sérgio Zambiasi (E), relator, discordou da Comissão de Infraestrutura, que anteriormente decidiu que a exploração dos portos secos seria feita por licença

Licitação para explorar portos secos é mantida pela CRA

A exploração dos chamados portos secos, os armazéns alfandegários destinados à movimentação e guarda de mercadorias sob controle aduaneiro, deverá continuar sendo concedida por meio de processo de licitação pública. Foi o que decidiu ontem a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), contrariando decisão anterior da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), que havia aprovado a mudança de outorga dos portos secos no Brasil.

O projeto original (PLS 327/06) alterava o regime jurídico dos portos secos, que passariam a ser chamados de Centros Logísticos e Industriais Aduaneiros (Clas). A proposta acabava com a exigência de licitação pública para a criação dos portos secos, que, como Clas, passariam a depender de licença.

Apresentado pelo então senador João Alberto Silva, o projeto inspirou-se na Medida Provisória (MP) 320/06, que tinha o mesmo objetivo, mas não foi aprovada por não haver atendido ao requisito da

urgência constitucional. Na época, o governo argumentava que a MP melhoraria a logística do comércio exterior, facilitando o fluxo de mercadorias no país.

Em discordância com a CI, o relator na CRA, senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS), apresentou proposta mantendo a atual exigência de licitação pública para os recém-criados Clas. Ele argumentou que a atividade exercida pelos portos secos constitui serviço público a ser prestado pelo Estado – não podendo, portanto, ser oferecido sob regime privado.

“O projeto, tal como aprovado pela CI, poderá ensejar o enfraquecimento do controle aduaneiro, deixando o país vulnerável, na contramão da prevenção ao contrabando e ao descaminho”, afirmou Zambiasi.

Voto separado

Em voto separado, Osmar Dias (PDT-PR) defendeu a manutenção do texto aprovado pela CI, que acabava com a licitação

e estabelecia o regime de licenciamento. Ele argumentou que a exploração de porto seco, que opera a atividade de movimentação e armazenagem de mercadorias sujeitas à exportação ou importação, constitui atividade logística, que não pode ser confundida com serviços públicos constitucionalmente impedidos de serem delegados pelo Estado à iniciativa privada.

– Desde 2002, a Receita Federal não instala um novo processo licitatório no país, exatamente por sua incapacidade de se impor contra os interesses das atuais empresas em operação – afirmou Osmar Dias.

O presidente da comissão, Valter Pereira (PMDB-MS), lembrou que em audiência pública sobre o assunto, foi levantada a hipótese de ocorrer um “apagão alfandegário”, por falta de portos secos. O projeto ainda será examinado pelas comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), Constituição e Justiça (CCJ) e Assuntos Econômicos (CAE).

Senador afirma que a candidata à Presidência da República Dilma Rousseff tem mostrado um "vaivém de diretrizes" que pode abrir caminho a setores radicais do PT

ACM Júnior avalia que Dilma não tem projeto de governo

AS CONTRADIÇÕES COM relação ao programa de governo da candidata Dilma Rousseff revelam a falta de projeto da ex-ministra-chefe da Casa Civil. É o que afirma o senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) ao destacar que, sempre que Dilma é indagada sobre suas propostas, repete frases feitas e reitera promessas não cumpridas nos oito anos de mandato do seu principal cabo eleitoral, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

– Quando sai desse *script*, a gafe, a falta de conteúdo e de lógica de suas colocações se acentuam dramaticamente, a ponto de a candidata vir evitando participar de encontros e entrevistas com jornalistas e formadores de opinião mais independentes. De outro lado, esse vaivém de diretrizes, as recentes renegando as anteriores, demonstra que o radicalismo de setores do PT e de aliados fora do espectro dos partidos políticos tenta ressurgir – afirmou Antonio Carlos Júnior.



Antonio Carlos Júnior também manifesta preocupação com política externa

Na avaliação do senador, o ressurgimento de propostas retrógradas e antidemocráticas amedronta a sociedade. Em um eventual governo Dilma, poderiam voltar à pauta temas como a rediscussão da Lei da Anistia ou medidas que desrespeitam o direito à propriedade, à liberdade de imprensa e à segurança

jurídica, acredita o senador.

ACM Júnior levantou dúvidas sobre como Dilma se comportaria, se eleita, a respeito dos marcos regulatórios do agronegócio, das invasões de terra e da política de juros compensatórios nas desapropriações. O senador também manifestou sua preocupação quanto à política externa. A diretriz do PT, observou, é no sentido de "fortalecer a atuação internacional do Brasil".

– Vexames como as tristes e recentes trapalhadas internacionais, em que o Brasil se viu exposto por seu presidente, hipotecando irrestrita solidariedade a déspotas e ditadores mundo afora, negando-se a interceder por presos políticos, como aconteceu recentemente em Cuba, ou patrocinando acordos sobre política nuclear sem nenhuma chance de prosperar. É essa política externa que a candidata pretende fortalecer? – indagou.

Mozarildo apela para o bom senso do eleitor

O senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) disse ontem em Plenário que espera que os eleitores votem com bom senso no pleito de outubro. Ele afirmou não acreditar no senso comum segundo o qual "o povo tem memória curta" ou "não sabe votar".

Mozarildo referiu-se especificamente a um episódio que diz respeito às alianças em seu estado. De acordo com ele, na disputa de 2006, que culminou na eleição do governador Ottonar Pinto (PSDB) – falecido em 2007 –, o atual líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), fez dura oposição à chapa vencedora. Mozarildo chegou a citar trechos de um pronunciamento feito por Jucá da tribuna do Senado, em 2006, em que este se referia a Ottonar Pinto como "bandido".

O mesmo Romero Jucá, ainda de acordo com Mozarildo, é hoje aliado de José de Anchieta Júnior, que assumiu o cargo de Ottonar Pinto, em sua disputa pelo governo do estado. Jucá concorrerá à reeleição ao



Para Mozarildo Cavalcanti, é falsa a ideia de que "o povo não sabe votar"

Senado.

– Não adianta Ministério Público, não adianta Justiça Eleitoral, se o eleitor, ele que vota, que eleger, não tiver a consciência de que ele é que tem que filtrar quem presta e quem não presta. Ele é que tem que ver, durante uma campanha, como é o procedimento do candidato – disse.

Protesto

Mozarildo também registrou, em solidariedade ao senador Alvaro Dias (PSDB-PR), seu protesto contra a interrupção, durante o período eleitoral, das habituais reprises noturnas das sessões plenárias pela TV Sena-

do para não ferir as regras para campanhas. Para ele, é natural que o Senado seja palco de discussões eleitorais.

– A 81 dias das eleições, não discutir as eleições aqui seria como se o Senado não fizesse parte da nação – disse.

O senador afirmou que prosseguirá denunciando, em todos os dias em que houver sessões, aquilo que considera desmandos da administração em seu estado.

– Entre as ações do meu mandato, está justamente aquela de analisar o pleito eleitoral no meu estado, na minha região e no meu país – disse.

Mão Santa lamenta qualidade da educação pública no país

O senador Mão Santa (PSC-PI) lamentou ontem a qualidade da educação pública no país.

Em 1990, disse o senador, pesquisa do Ministério da Educação mostrou que, entre as dez melhores universidades do país, sete eram públicas e três eram privadas. Dez anos depois, disse o parlamentar, a mesma pesquisa apontou que o quadro havia se invertido: das dez melhores, sete eram privadas e três eram públicas. Destas, uma delas era do Piauí, fruto, segundo ele, de seu esforço enquanto governador para elevar o nível da educação do estado.

– No meu governo, criamos faculdade para pobre. Hoje, só tem faculdade para rico.



Senador ressalta que das dez melhores universidades, sete são privadas

Onde o filho do pobre vai estudar Medicina, pagando R\$ 4 mil ao mês? Ele também tem que comer, morar, comprar livros. Estão se esgotando as chances dos pobres serem doutores – disse Mão Santa.



Obras não foram iniciadas ou acabaram paralisadas, disse Heráclito

Heráclito Fortes diz que "PAC no Piauí é obra de ficção"

As obras que fazem parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) no estado do Piauí "ou não começaram ou foram paralisadas", afirmou ontem o senador Heráclito Fortes (DEM-PI). Ele citou o asfaltamento da BR-020 e a reforma do Centro de Convenções de Teresina.

– O PAC no Piauí é obra de ficção. O Centro de Convenções foi destruído e a empreiteira abandonou as obras, pois não recebia o dinheiro do governo. Agora, Teresina está inclusive impossibilitada de receber encontros e congressos – lamentou.

O senador sustentou que o anúncio de obras, sem sua construção, foi uma constante na administração do governador Wellington Dias, que se afastou do cargo para se dedicar à campanha política. Mencionou que em Flórida-

no a prometida reforma da rodoviária nem começou, assim como as melhorias no aeroporto. Este, disse, teve sua pista "esburacada", mas a empreiteira abandonou o serviço por falta de pagamentos do governo.

Heráclito disse que teve esperanças nos últimos anos de que o Piauí seria bastante beneficiado pelo governo federal, pois seu governador era do PT, o mesmo partido do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

– Prometeram muitas obras, anunciaram, mostraram fotografias e não se fez nenhuma. Falaram em cinco hidrelétricas, mas não começaram nem a barragem do Castelo, que é fundamental para a contenção das enchentes que ocorrem principalmente em Teresina e cidades próximas – lamentou o senador.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney • Eduardo Suplicy • Antonio Carlos Júnior • Mão Santa

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sílvia Gomide
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suelly Bastos e Sylvio Guedes

Diagramação: Iracema F. da Silva, Ronaldo Alves e Osmar de Jesus Miranda

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquêas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle

Reportagem: Cíntia Sasse e Rafael Faria

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920



Francisco Dornelles: todos os partidos receberão o documento

Dornelles apoia compromisso em favor do Rio

O senador Francisco Dornelles (PP-RJ) anunciou ontem que seu partido endossa a carta-compromisso divulgada pela Frente Pró-Rio de Janeiro, que será apresentada a todos as agremiações políticas que disputam as eleições naquele estado. Ele disse que as prioridades definidas no documento são "extremamente importantes" para o desenvolvimento do Rio.

Uma das obras defendidas pela carta-compromisso é a construção do trem-bala ligando Rio de Janeiro a São Paulo, que o senador considera importante para os dois estados e para o Brasil. Segundo ele, sem essa ligação ferroviária, o tráfego aéreo entre as duas capitais ficará impraticável, prejudicando a ligação com os demais pontos do território nacional.

Outro item da carta, de acordo com o parlamentar, é sobre a condição atual dos aeroportos Tom Jobim e Santos Dumont, "que precisam urgentemente de investimentos, sob risco de um apagão no tráfego aéreo extremamente nocivo para o desenvolvimento do país".

Revitalização

O senador defendeu também a revitalização do porto da cidade do Rio – mais um destaque da carta-compromisso – para atender à demanda causada pelo crescimento das exportações e importações.

A prioridade à indústria naval, também mencionada no texto da Frente Pró-Rio de Janeiro, é ressaltada por Dornelles. Segundo ele, o Brasil tem 46 navios em construção "e a possibilidade de crescimento dessa indústria, em decorrência dos resultados do pré-sal, é quase infinita".

O plano aquaviário e a construção do metrô Gávea-Barra são outros pontos na área do transporte indicados pelo movimento pró-Rio, entre os citados pelo senador.

Linha férrea de alta velocidade que ligará Rio de Janeiro a São Paulo deverá estar funcionando até Olimpíadas de 2016. Consórcio vencedor será conhecido em dezembro.

Suplicy registra lançamento do edital do trem-bala

O SENADOR EDUARDO Suplicy (PT-SP) registrou em Plenário ontem o lançamento do edital do trem de alta velocidade – conhecido como trem-bala – cuja inauguração está prevista para 2016, quando serão realizados os Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro.

O leilão para definição do vencedor, disse o senador, será realizado no próximo dia 16 de dezembro, na sede da Bovespa. A entrega dos envelopes com as propostas está prevista para 29 de novembro. Segundo Suplicy, sairá vencedor da disputa quem apresentar o menor valor da tarifa. Ele informou que estão interessadas empresas canadenses, sul-coreanas, japonesas, chinesas e francesas.

Suplicy explicou também que o trem-bala levará 93 minutos no trajeto entre São Paulo e Rio de Janeiro. A tarifa-teto definida pelo governo é de 0,49 centavos por quilômetro (cerca de R\$ 200 por viagem). O processo, disse o senador, vem sendo acompanhado pelo Tribunal de Contas da União (TCU), que, avalia, "colaborou significativamente" ao definir que a obra não poderá ultrapassar o valor de R\$ 31 bilhões.



Suplicy também destaca pesquisa do Ipea que revelou redução da pobreza no país

Para viabilizar a proposta, Suplicy disse que o Executivo enviará ao Congresso Nacional projeto de lei criando uma estatal, a Empresa de Transporte Ferroviário de Alta Velocidade S.A. (Etav), vinculada ao Ministério dos Transportes.

Suplicy também salientou a prioridade definida por Lula para a expansão da malha ferroviária e citou como exemplos a ferrovia que ligará os portos de Pecém (CE) e Suape (PE) ao cerrado do Piauí, no município de Eliseu Martins. Ela abrange a região formada pelo Norte do Tocantins, oeste da Bahia e leste do Piauí.

Pobreza

Suplicy mencionou também em seu discurso a divulgação de relatório do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), pelo qual houve avanços na redução da pobreza absoluta no país. De acordo com o relatório, desde 1995, o número de pessoas na extrema pobreza, vivendo com um quarto do salário mínimo *per capita*, reduziu-se à metade: 12,5 milhões de brasileiros. Suplicy acrescentou que o país terá superado a miséria em 2016, e os estados brasileiros, "em ritmos diferenciados", poderão reduzi-la significativamente.

César Borges cobra retomada da Oeste-Leste

O senador César Borges (PR-BA) lamentou notícia divulgada em seu estado segundo a qual foi suspensa a licitação da ferrovia Oeste-Leste. Uma liminar concedida pela Justiça Federal ao mandado de segurança impetrado pelo Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada adiou, por tempo indeterminado, a licitação para obras de construção civil do subtrecho Barreiras-Ilhéus. Em junho, o Ministério Público Federal do Tocantins já havia protocolado na Justiça Federal uma ação civil pública contra a Valec Engenharia Construções de Ferrovias S.A. e o Ibama para desconstituir a licença prévia à implantação da Ferrovia de Integração Oeste-Leste da Bahia, no trecho Figueirópolis-Ilhéus, informou o senador.

A ferrovia liga a Norte-Sul, em Figueirópolis, até Ilhéus. Agora, a liminar adiou por tempo indeterminado a licitação para a construção do trecho Barreiras-Ilhéus.

César Borges observou que a ferrovia é uma das prioridades do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) na Bahia. O primeiro trecho que está sendo licitado liga os municípios de Luiz Eduardo Magalhães e Ilhéus, no qual a Bahia tem especial interesse, já que os 7 milhões de toneladas de grãos do oeste do estado poderão

ser escoadas até o porto. O senador espera uma solução para o problema nos próximos dias.



Senador lamenta liminar suspendendo licitação para a construção do trecho da ferrovia que liga Barreiras a Ilhéus

Acir Gurgacz: PAC é marco do desenvolvimento

O senador Acir Gurgacz (PDT-RO) apresentou em Plenário uma extensa lista de obras de infraestrutura executadas por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Na avaliação do parlamentar, as obras e ações do programa, em número de quase 3 mil, estão distribuídas por todo o país, contribuindo para a geração de emprego e renda, bem como para um crescimento sustentável da economia brasileira.

Entre as obras e ações realizadas pelo PAC, Acir Gurgacz chamou atenção para o primeiro navio petroleiro feito totalmente no país; o Gasoduto Gasbel II, entre os estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais; o Rodoanel em São Paulo, que recebeu R\$ 731 milhões do governo federal; além da pavimentação de várias rodovias federais em todas as regiões do país.

– O PAC, implantado pelo governo Lula, é o maior esforço de base já realizado na história do país, será por muito tempo tema de estudos e ficará na lembrança do povo brasileiro como um marco do momento de transição do Brasil, uma transição que separa um país em desenvolvimento de um país desenvolvido – enalteceu.

De acordo com Acir Gurgacz, desde a criação do PAC, em 2007, até maio deste ano, o programa já investiu cerca de R\$ 463 bilhões, representando aproximadamente 70% do total de investimento previsto, de R\$ 655 bilhões.



Programa federal de infraestrutura já investiu R\$ 463 bilhões desde 2007, 70% do previsto, destaca senador



Fotos de Geraldo Magela/Senado Federal

Senadora pede à Mesa do Senado o encaminhamento do pleito

Rosalba Ciarlini defende duplicação da BR-304

Rosalba Ciarlini (DEM-RN) anunciou a união dos senadores do Rio Grande do Norte e do Ceará em defesa da duplicação da BR-304, que considerou uma rodovia essencial para o escoamento da produção dos dois estados. Ela pediu à Mesa do Senado que encaminhe pleito com a reivindicação dos parlamentares ao ministro dos Transportes, Paulo Sérgio Oliveira Passos, e ao presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO), deputado Waldemir Moka (PMDB-MS).

A rodovia, cuja extensão no Rio Grande do Norte é de 340 quilômetros, ajudará o estado a escoar para o Ceará a produção de sal, frutas, crustáceos e produtos industrializados, afirmou. No Ceará, a BR-304 faz interligação com outras rodovias federais, o que torna o tráfego intenso.



Valdir Raupp elogia mecanismo para pagamento da produção de cana

Associação entre produtores de cana e industriais

Valdir Raupp (PMDB-RO) elogiou ontem inovação implementada pelo Conselho dos Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo (Consecana). O conselho, criado em 1999, é uma associação formada por representantes das indústrias de açúcar e álcool e dos plantadores de cana-de-açúcar, que tem como principal responsabilidade zelar pelo relacionamento entre ambas as partes.

A inovação que, segundo o senador, aprimorou o sistema de pagamento aos produtores de cana-de-açúcar, foi a criação de um mecanismo de pagamento da produção de cana pelo teor de sacarose.

Raupp expressou ainda seu apoio ao substitutivo do deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP) ao projeto do novo Código Florestal Brasileiro.

Jogadores precisam de psicólogo, diz Valter

Dizendo-se horrorizado com os detalhes do assassinato da jovem Eliza Samudio, ex-amante do goleiro do Flamengo Bruno Fernandes de Souza, o senador Valter Pereira (PMDB-MS) sugeriu em discurso que os clubes de futebol contratem psicólogos para apoiar seus "jovens atletas inebriados com a fama". O senador lembrou que muitos são oriundos de famílias desestruturadas, pobres e sem estudo e têm dificuldades para lidar com o estrelato e a fortuna. Por isso, alguns acabam se envolvendo com "delinquentes, aduladores ou aproveitadores", afirmou.



Valter Pereira

Valter Pereira disse que os clubes têm responsabilidade social sobre seus jogadores, ídolos que "lidam com imaginário de multidões e os sonhos de crianças e adolescentes". Observou que outros dois ex-atletas do Flamengo, Adriano e Vagner Love, "ganham as páginas policiais em notícias de suas ligações com o mundo do crime".

– Se os atletas recebessem atenção psicológica especializada, jogadores e clubes só teriam a ganhar. Seria a oportunidade para o desabafo de inquietações e incertezas, que, não raro, os desestabilizam – sustentou.

Renan quer casas para desabrigados

O senador Renan Calheiros (PMDB-AL) pediu ontem que o governo federal reconstrua e doe aos desabrigados as casas que eles perderam com a enchente que atingiu diversos municípios de Alagoas e Pernambuco. A medida será importante para os que perderam tudo com a cheia e provocará impacto irrisório nas contas do país, justificou.

Renan informou que encaminhou ao presidente Lula proposta de antecipar a liberação dos recursos de subvenção econômica aos pequenos produtores que tiveram sua produção canavieira perdida ou muito devastada com a



Renan Calheiros

enchente. Ele lembrou que o Congresso aprovou a Medida Provisória 472/09, que inclui a liberação de R\$ 5 por tonelada aos pequenos produtores de cana-de-açúcar do Nordeste, referentes à safra 2009/2010.

Renan também disse que trabalhará para que o Congresso agilize a votação de projeto para criar um fundo nacional por meio do qual o país possa ter recursos para mapear suas áreas de risco.

O senador registrou ainda a morte, aos 70 anos, do empresário Luiz Carlos Maranhão, responsável pela expansão do Grupo Santo Antonio.

João Claudino: cai o índice de pobreza no país

João Vicente Claudino (PTB-PI) comentou em Plenário resultado de estudo do governo federal que indicou uma redução da pobreza no país, entre 1995 e 2008. No Piauí, a miséria absoluta caiu de 75% para 50%, enquanto a pobreza extrema se reduziu de 46% para 26%, disse. O trabalho foi feito pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), tendo por base as pesquisas do IBGE.

– Os números continuam ruins e o desafio de reverter esse quadro é grande. Mas temos convicção de que podemos melhorar, pois o Piauí é um estado com grandes potencialidades. Podemos melhorar esse quadro continuando a parceria com o governo federal – afirmou o senador, lembrando que a meta do governo brasileiro é reduzir a pobreza a 4% da população até 2016.

João Vicente Claudino afirmou ainda que "está perto" o momento em que o Congresso aprovará definitivamente a distribuição de royalties do petróleo da camada de pré-sal entre os estados, beneficiando os estados e municípios não produtores. Observou que a mudança "será a redenção dos estados e municípios" e foi acreditando nisso que ele participou do movimento que levou o Senado a aprovar a nova forma de distribuição de royalties. O projeto está na Câmara.



Meta do governo é reduzir taxa a 4% até 2016, diz João Claudino

Cristovam: uma educação de qualidade protegerá jovens

Senador sugere que o país comemore os 20 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente "levando em conta o que precisamos fazer pelos próximos 20 anos"

"VAMOS COMEMORAR OS 20 ANOS DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (ECA) levando em conta o que precisamos fazer pelos próximos 20 anos." Ao fazer essa observação, Cristovam Buarque (PDT-DF) sugeriu uma receita para que o ECA não apenas proteja, mas cuide das crianças e dos adolescentes. Ela inclui a implantação de uma carreira nacional do magistério para a educação de base, a definição do horário de tempo integral e a criação de uma agência de proteção à criança e ao adolescente.

Cristovam é autor de dois projetos que buscam implantar as sugestões que ele apresentou da tribuna. O PLS 50/05, que cria a Agência Nacional de Proteção à Criança e ao Adolescente, já foi aprovado pelo Senado e encaminhado ao exame da Câmara. A agência teria atribuições de regular, avaliar a execução e propor diretrizes para as políticas de proteção da criança e do adolescente.

Já o PLS 320/08 cria o Programa Federal de Educação Integral de Qualidade para Todos e a Carreira Nacional do Magistério da Educação de Base. A proposição já foi aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e agora tramita na Comissão de Educação (CE) do Senado. Os salários dos professores seriam equiparados aos vencimentos dos magistrados do Colégio Pedro II.

Maciel pede atenção para inovação científica e tecnológica

Autor de projeto de lei que permitiu a recriação de programa científico e tecnológico do país, o senador Marco Maciel (DEM-PE) advertiu ontem que o Brasil está em posição "extremamente desconfortável" na questão da inovação, "que parece ser o patinho feio esquecido no meio desse processo".

Maciel leu da tribuna artigo do coordenador-geral do observatório da inovação e competitividade do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (USP), Glauco Arbix, mostrando que as perspectivas



Cristovam defende escola de tempo integral e agência de proteção

de sustentação do crescimento econômico brasileiro estão "imersas em brumas".

O senador concordou com a análise de Arbix de que a economia brasileira precisa de um "choque de inovação" com a participação de toda a sociedade. O esforço, como salientou o professor da USP, poderia ser conduzido por uma agência governamental a ser criada com essa finalidade, ligada diretamente à Presidência da República.

Maciel afirmou que a inovação é indispensável para que o país possa "se ombrear" com os países do primeiro mundo que se preocupam com o desenvolvimento científico e tecnológico.

as escolas deste país sejam iguais às escolas de aplicação das universidades – afirmou.

Em apartes, Alvaro Dias (PSDB-PR) cumprimentou Cristovam pela frase que ele postou no Twitter: "O Brasil ficou em oitavo lugar na Copa do Mundo e ficamos tristes; fica em 85º lugar em educação e não há tristeza". Valter Pereira (PMDB-MS) disse ser preciso que a escola tenha equipamentos adequados e educadores eficientes. Eduardo Suplicy (PT-SP) anunciou que o presidente da República assinará hoje projeto a ser remetido ao Congresso proibindo que os pais maltratem seus filhos.



Marco Maciel cita artigo científico com defesa de "choque de inovação"

país possa "se ombrear" com os países do primeiro mundo que se preocupam com o desenvolvimento científico e tecnológico.

União pode ser obrigada a custear traslado de corpo

O traslado de corpo de brasileiro falecido no exterior cuja família seja carente poderá ser responsabilidade da União. O benefício seria incluído na Lei Orgânica de Assistência Social (Loas) e está sendo proposto em projeto (PLS 558/07) do senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), pronto para ser votado hoje pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A decisão terminativa caberá à Comissão de Relações Exteriores (CRE). A proposta também assegura a ida de dois familiares do falecido para acompanhar o sepultamento no exterior caso não seja possível trazer o corpo para o Brasil.

O relator, Valter Pereira (PMDB-MS), propõe que o custeio do funeral seja feito pelo Fundo Nacional de Assistência Social. Os recursos viriam da criação de um adicional à contribuição sobre a receita de loterias administradas pela Caixa Econômica Federal. Essa fonte contaria com 0,01% da arrecadação bruta dessas loterias.

"O mínimo que o Estado pode fazer em consideração às famílias sem condições para custear as cerimônias fúnebres é assegurar um sepultamento digno ao corpo", afirma.

Senado debate diagnóstico de câncer infantil

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) promove hoje às 9h audiência pública sobre o diagnóstico precoce de câncer infanto-juvenil. A audiência foi solicitada pela presidente do colegiado, senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN), que pretende discutir as políticas de Estado voltadas para a área.

Após o debate, a CAS poderá analisar 22 projetos. O primeiro deles é o que regulamenta as profissões de analista de sistemas (nível superior) e técnico em informática (nível médio).

A iniciativa (PLS 607/07) já foi aprovada em primeiro turno na semana passada e, se confirmada em turno suplementar hoje, será enviada à Câmara dos Deputados.